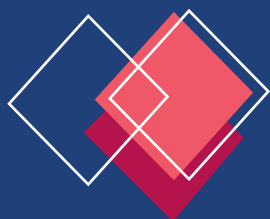


A diamond-shaped logo with a white outline containing the text "10 ANOS" in white. The background of the entire page is a stylized map of Brazil composed of various shades of red and pink triangles, set against a dark blue background.

10  
ANOS

UNIDADE DE  
COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL  
DO MPF



# 10 ANOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM IMAGENS

**MPF**  
Ministério Público Federal



## **10 ANOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM IMAGENS**

## **Ministério Público Federal**

### **Rodrigo Janot Monteiro de Barros**

Procurador-Geral da República

### **Ela Wiecko Volkmer de Castilho**

Vice-Procuradora-Geral da República

### **Eugênio José Guilherme de Aragão**

Vice-Procurador-Geral Eleitoral

### **Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho**

Corregedor-Geral do Ministério Público Federal

### **Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque**

Ouvidora-Geral do Ministério Público Federal

### **Lauro Pinto Cardoso Neto**

Secretário-Geral

### **Vladimir Aras**

Secretário de Cooperação Internacional



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
SECRETARIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

# 10 ANOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM IMAGENS

MPF  
Brasília, DF - 2015

Ministério Público Federal - Procuradoria-Geral da República  
SAF Sul Quadra 4 Conjunto C . CEP: 70050-900 - Brasília-DF  
Tel: +55 61 3105.5100 . www.pgr.mpf.mp.br  
Copyright © 2015 . Ministério Público Federal  
Todos os direitos reservados ao autor  
Disponível também em: www.pgr.mpf.mp.br | Tiragem: 1.000 exemplares

### **Planejamento visual, diagramação e editoração**

Secretaria de Comunicação Social

### **Normalização Bibliográfica**

Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa - COBIP

### **Coordenação**

Vladimir Aras

Carlos Bruno Ferreira da Silva

Georgia Renata Sanchez Diogo

Marilda Nakane

### **Organização**

Bruno Canedo

Débora Simões Teixeira Mourão

Cíntia Gomes Moreira

Graziella da Costa Zaidem

### **Colaboração**

Membros do Grupo Executivo da SCI Servidores e estagiários da  
Secretaria de Cooperação Internacional

### **Secretário de Cooperação Internacional**

Vladimir Aras

### **Assessora-Chefe da Secretaria de Cooperação Internacional**

Georgia Renata Sanchez Diogo

### **Secretária Executiva da Secretaria de Cooperação Internacional**

Marilda Nakane

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

B823d

Brasil. Ministério Público Federal. Secretaria de Cooperação Internacional.

10 anos da cooperação internacional em imagens / Secretaria de  
Cooperação Internacional . – Brasília : MPF, 2015.

53p.

1. Cooperação internacional - fotografias. 2. Cooperação internacional -  
imagens. I. Secretaria de cooperação internacional. II. Título.

CDD 770

## Apresentação

Esta revista é uma das publicações realizadas pelo Ministério Público Federal para celebrar os 10 anos da Unidade de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República (PGR). Reúne imagens de momentos marcantes de uma história que teve início em fevereiro de 2005, com a criação do então Centro de Cooperação Internacional da PGR.

As fotos que serão vistas nas páginas seguintes foram selecionadas do acervo institucional da Procuradoria-Geral e dos arquivos pessoais de membros e servidores que mantêm um forte vínculo com a área de cooperação da instituição.

As imagens foram organizadas de forma que o leitor possa conhecer melhor a atuação internacional do Ministério Público Federal.

São imagens de foros dos quais o MPF participa no exterior, como a Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos (AIAMP), a Reunião dos Procuradores-Gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul (REMPPM), além de uma série de registros de visitas oficiais de autoridades estrangeiras à PGR, eventos organizados pela equipe da unidade, reuniões de trabalho, cursos de capacitação, assinaturas de memorandos de entendimento e resultados de projetos de capacitação e de cooperação técnica com outros países, a exemplo da publicação de manuais de boas práticas.

A revista apresenta ainda imagens marcantes de conquistas recentes da Unidade, já na condição de Secretaria, como a recuperação de amostras de sangue de índios Yanomami, retiradas do Brasil no final dos anos 1960, e o apoio para a repatriação de ativos no âmbito da Operação Lava Jato, revelando o amplo espectro da atuação da Secretaria de Cooperação Internacional (SCI), que, por meio do cultivo das relações entre os povos, busca auxiliar as autoridades competentes a combater o crime e a corrupção e a promover a justiça e a cidadania em todo o planeta.

Que ao folhear estas páginas o leitor possa sentir a abrangência, a relevância e a beleza do que representa a “Cooperação Internacional”.

Brasília, 25 de maio de 2015.  
Secretaria de Cooperação Internacional



# Sumário

Apresentação

<b>1. O início</b>	<b>7</b>
<b>2. Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos (AIAMP)</b>	<b>10</b>
<b>3. Reuniões Especializadas de Ministérios Públicos do Mercosul</b>	<b>17</b>
<b>4. Encontro de procuradores-gerais da CPLP</b>	<b>21</b>
<b>5. Visitas oficiais</b>	<b>25</b>
<b>6. Nossos eventos</b>	<b>32</b>
a) Workshop sobre tráfico ilegal de madeira e meio ambiente	32
b) Dia Internacional de Combate à Corrupção	33
c) Congresso Franco-Brasileiro de Estudos Jurídicos	34
d) Fortalecendo a Cooperação Internacional e a Persecução ao Crime Organizado	35
e) I Encontro da Rede de Procuradores Especializados em Combate ao Tráfico de Pessoas	37
f) Seminário Franco-Brasileiro sobre Cooperação Jurídica em Matéria de Criminalidade Ligada aos Grandes Tráficos	39
g) Seminário Internacional sobre Direitos das Mulheres	40
<b>7. Adidância Francesa na SCI</b>	<b>41</b>
<b>8. Nossas publicações</b>	<b>42</b>
<b>9. Reuniões de Cooperação Internacional</b>	<b>43</b>
<b>10. Cursos sobre Cooperação Internacional</b>	<b>46</b>
<b>11. Conquistas recentes</b>	<b>48</b>
a) Seminário Internacional sobre Terrorismo e Outras Situações de Emergência	48
b) Mesa Redonda Brasil-Suíça sobre Cooperação em Matéria Penal	49
c) Índios Yanomami	50
d) Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal	52





## 1. O início

A Unidade de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal foi formalmente criada em 03 de fevereiro de 2005, por meio da Portaria PGR nº 23, como Centro de Cooperação Jurídica Internacional, integrando a estrutura do Gabinete do procurador-geral da República, para assistir o PGR, em assuntos de cooperação jurídica internacional com autoridades estrangeiras e organismos internacionais, bem como no relacionamento com órgãos nacionais voltados às atividades próprias da cooperação internacional.

Em 10 de dezembro de 2010, foi transformada em Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional, integrada por um coordenador e por membros de apoio, subprocuradores-gerais da República, designados pelo procurador-geral da República sem prejuízo de suas atribuições normais. Desde setembro de 2013, passou à condição de Secretaria na estrutura do Gabinete do procurador-geral (Portaria PGR nº 650), sendo responsável pelo recebimento, transmissão, acompanhamento e, por vezes, pela execução de pedidos de cooperação ativos (requeridos pelo Brasil) e passivos (requeridos ao Brasil) em matéria penal e cível. Especificamente em matéria penal, a SCI acompanha, ainda, os pedidos de extradição e de recuperação de ativos oriundos e destinados ao Brasil. Já em matéria cível, a SCI também trata de pedidos amparados pela Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro, além de analisar outros assuntos como sequestro internacional de crianças e casos que envolvam questões relacionadas à assistência a brasileiros no exterior.

A SCI participa de diversos foros internacionais especializados e de redes de cooperação. Entre suas funções estão igualmente a de colaborar na negociação, aprovação e incorporação de tratados ao ordenamento jurídico brasileiro e a de funcionar como autoridade central para os pedidos formulados com base nos tratados bilaterais com Canadá e Portugal.

Atualmente, o Secretário de Cooperação Internacional conta com um grupo executivo, formado por procuradores regionais da República e procuradores da República que o auxiliam no exercício de suas funções.

2005

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

25/01/05 15:12

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS  
DIVISÃO DE ATUAÇÃO E PROCESSAMENTO ADMINISTRATIVO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INTERESSADO:  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

ASSUNTO:  
PROPOSTA  
OUTROS DADOS: Criação, na estrutura do Gabinete do Procurador-Geral, do Centro de Cooperação Jurídica Internacional.

MOVIMENTAÇÕES		
CO	DATA	SIGLA
	05	

1) Autuar como PGRS do SAG/PGR, de acordo com o parecer jurídico  
2) Após. Vlt. em 24.01.05  
Senhor Procurador-Geral.

Como resultado de nosos estudos na área internacional, desenvolvida verificamos a necessidade de uma reestruturação administrativa para que a cooperação jurídica, no âmbito do Ministério Público, possa se desenvolver de forma mais efetiva e com melhores resultados.

Resaltamos os recentes avanços na formação de canais de comunicação com os Ministérios Públicos estrangeiros, designadamente a troca de cartas de intenção Helvética, iniciativa pioneira que certamente abre caminho para o entendimento similar com outros órgãos. Além disso, no âmbito do Ministério Público sempre destacar a implementação dos sistemas do Acordo de Incentivo à Cooperação e Assistência Legal Mútua, firmado em Quito em 4 dezembro de 2004 e da Rede Ibero-Americana de Cooperação Judiciária por Vossa Excelência.

Símbola P.G.R.

A CCJE nome a criação de métodos constantes em 1998 em suas reuniões em Caracas, México e outros países, com o intuito de criar um sistema de cooperação jurídica internacional, para a América Latina e Caribe, com o objetivo de promover a cooperação jurídica internacional, bem como o relacionamento com os Ministérios Públicos estrangeiros, bem como o relacionamento com os Ministérios Públicos estrangeiros, bem como o relacionamento com os Ministérios Públicos estrangeiros.

19/01/05

Dr. [Assinatura]

DE 03 DE FEVEREIRO DE 2005

Cria, no Gabinete do Procurador-Geral da República, o Centro de Cooperação Jurídica Internacional.

PORTARIA PGR Nº 23

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que confere o artigo 127 da Constituição Federal e o inciso XX do art. 49 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1995, resolve:

Art. 1º - Fica criado na estrutura do Gabinete do Procurador-Geral da República, o Centro de Cooperação Jurídica Internacional, incumbido de assessorar o Procurador-Geral da República em assuntos de cooperação jurídica internacional, bem como o relacionamento com os Ministérios Públicos estrangeiros, e conforme as diretrizes estabelecidas no âmbito da instituição, e de coordenar e controlar no âmbito do Ministério Público Federal com os órgãos das atividades próprias da cooperação jurídica e judiciária internacional.

Assim, nos termos da minuta em anexo, sugerimos a Vossa Excelência a criação, na estrutura de seu Gabinete de um Centro de Cooperação Jurídica Internacional, para assessorá-lo em assuntos de cooperação jurídica e judiciária com autoridades estrangeiras e organismos internacionais, bem como no relacionamento com os órgãos nacionais voltados às atividades próprias da cooperação internacional

Ministério Público Federal  
 Procuradoria-Geral da República  
 1.00.000.000420/2005-10

Capítulo VI  
 Da Secretaria de Cooperação Internacional

Art. 32. A Secretaria de Cooperação Internacional terá a seguinte estrutura administrativa:

I – Assessoria Jurídica;  
 II – Assessoria Administrativa;  
 III – Assessoria de Relações Internacionais;

Parágrafo único. O Procurador-Geral da República poderá designar membros do Ministério Público para, sem prejuízo de suas atribuições, auxiliarem o Secretário de Cooperação Internacional.

Art. 33. A Secretaria de Cooperação Internacional compete:

I – assistir o Procurador-Geral da República em assuntos de cooperação internacional com autoridades estrangeiras e organismos internacionais e no relacionamento com órgãos nacionais voltados às atividades próprias da cooperação internacional;

II – planejar, executar e coordenar, conforme as diretrizes fixadas pelo Procurador-Geral da República a política de cooperação;

III – estabelecer, manter e desenvolver, em apoio ao Procurador-Geral da República, as relações do Ministério Público com outras instituições nacionais ou estrangeiras, em questões relativas a cooperação internacional;

IV – assessorar o Procurador-Geral da República nas questões inerentes a política e relações do Ministério Público com outras instituições nacionais ou estrangeiras, em questões relativas a cooperação internacional;

V – planejar e coordenar, em apoio ao Procurador-Geral da República, eventos internacionais na Procuradoria-Geral da República e de membros do Ministério Público em fóruns internacionais, em questões relativas a cooperação internacional;

PORTARIA PGR Nº 627 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2005

Altera a Portaria PGR nº 23 de 3 de fevereiro de 2005, que criou no Gabinete do Procurador-Geral da República, o Centro de Cooperação Jurídica Internacional, designando, depois de Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional, no uso das atribuições conferidas pelo art. 49 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º O artigo 2º da Portaria PGR nº 23, de 3 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional será integrada por membros do Ministério Público, designados, sem prejuízo de suas normais atribuições, pelo Procurador-Geral da República, que escolherá, entre eles, um coordenador.

Art. 3º Os membros do Centro de Cooperação Jurídica Internacional serão integrados, pelo prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

Art. 2º - O Centro de Cooperação Jurídica Internacional será integrado, sem prejuízo de suas normais atribuições, por três Subprocuradores-Gerais da República, designados pelo Procurador-Geral da República, que escolherá, dentro deles, um coordenador.

Art. 3º - Os membros do Centro de Cooperação Jurídica Internacional serão integrados, pelo prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - A estrutura de apoio ao Centro de Cooperação Jurídica Internacional será estabelecida em ato específico.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIO LEMOS FONTELES

## 2. Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos (AIAMP)

A AIAMP é uma organização sem fins lucrativos, integrada por Ministérios Públicos Ibero-americanos. Foi fundada no Brasil em 1954 como Associação Interamericana. Com a incorporação de Espanha e Portugal passou a se chamar Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos.

Atualmente, fazem parte da AIAMP, promotorias e procuradorias de ministérios públicos de 21 países ibero-americanos.

São membros da AIAMP: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, Nicarágua, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Desde a sua criação, já foram realizadas 22 assembleias-gerais ordinárias e 4 assembleias-gerais extraordinárias, bem como reuniões técnicas com o intuito de promover a cooperação judiciária internacional e assistência jurídica mútua em matéria penal, a fim de melhorar e fomentar a persecução do crime organizado. Os encontros são sempre sediados em alguma capital de um dos países-membros.



1. XV AIAMP, Madri, Espanha, outubro de 2007. Coordenador da ASCJI, Edson de Almeida, e José Luis Zapatero, Presidente do Governo da Espanha.



2. XV AIAMP, Madri, Espanha, outubro de 2007. PGR Brasil, Antônio Fernando; PGR Colômbia, Mário Iguará Arana; PGR Peru, Gladys Ramos; PGR República Dominicana, Radhamés Jimenez; e PGR Chile, Guillermo Piedrabuena.

3. XV AIAMP, Madri, Espanha, outubro de 2007. Chefe de Gabinete do PGR de Portugal, Carlos Mendes; Assessora-Chefe da ASCJI, Geórgia Diogo; vice-PGR Portugal, Gomes Dias; coordenador da ASCJI, Edson de Almeida.

4. XVII AIAMP, La Antigua, Guatemala, 2009.



XIX ASSEMBLÉIA-GERAL ORDINÁRIA  
E SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO SOBRE  
NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE

5 A 7 DE DEZEMBRO DE 2011  
BRASÍLIA - BRASIL

AIAMP



MPF  
Ministério Público Federal

Em dezembro 2011, durante a XIX Assembleia Geral Ordinária ocorrida em Brasília, o MPF foi eleito para exercer a presidência da Associação, ocupando o cargo até novembro de 2014.

5

5. XIX AIAMP, Brasília, dezembro de 2011.

6. XIX AIAMP, Brasília, dezembro de 2011. PGR Equador, Galo Chiriboga; PGR Bolívia, Mário Uribe, PGR Espanha, Cándido Conde-Pumpido; PGR Brasil, Roberto Gurgel; PGR Paraguai, Francisco Díaz Verón; PGR Panamá, José Eduardo Canals e PGR República Dominicana, Radhamés Jimenez.

6



**XIX AIAMP, Brasília, dezembro de 2011. Assinatura de Memorandos de Entendimento**

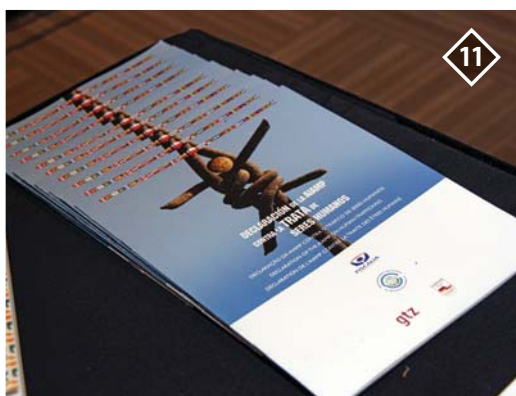
- 7. MPF e Ministério Público da República Dominicana (PGR Radhamés Jimenez)
- 8. MPF e Ministério Público de Chile (Alberto Ayala).
- 9. ESMPU e COMJIB/IberRede (Nicolao Dino, Diretor-Geral e Victor Moreno, Secretário-Geral).



10

## Publicações AIAMP

- 10. Guias de Santiago Sobre Proteção a Víctimas e Testemunhas
- 11. Declaração da AIAMP Contra o Tráfico de Seres Humanos
- 12. Guia de Boas Práticas Luta Contra o Tráfico de Drogas
- 13. XXI AIAMP, Quito, Equador, novembro de 2013



11



12



13

Em maio de 2013, na condição de presidente da AIAMP, o MPF convocou Assembleia Geral Extraordinária para solicitar apoio aos ministérios públicos do bloco para a reprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC 37), a qual tiraria o poder de investigação do Ministério Público. Em junho do mesmo ano, o Projeto de Lei foi derrubado no Congresso Nacional.



14. Procuradores-gerais da AIAMP reiteram protesto contra a PEC 37.



15. Procuradores-gerais da AIAMP reunidos com presidente do Senado, Renan Calheiros.



16. Procuradores-gerais da AIAMP reunidos com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves.

### 3. Reuniões Especializadas de Ministérios Públicos do Mercosul

No âmbito do Mercosul, as Reuniões Especializadas de Ministérios Públicos (REMPM) organizada pelo país que ocupa presidência *pro tempore*, cuja troca é realizada a cada seis meses, sendo rotativa entre os Estados Partes do Mercosul. A sequência, desde a fundação do bloco em 1991, é por ordem alfabética. No primeiro semestre de 2015, o Brasil ocupa a presidência *pro tempore*, e a REMPM acontecerá na cidade de Ouro Preto/MG. A REMPM tem como objetivo promover a coordenação e a cooperação entre as instituições do bloco para intensificar a luta contra a criminalidade organizada, melhorar os mecanismos de persecução penal e de cooperação nas diversas áreas de atuação dos MPs.



1



2

1. X REMPM, Brasília, novembro de 2010. Procuradores-gerais e representantes de ministérios públicos do Mercosul.
2. X REMPM, Brasília, novembro de 2010. Mesa de trabalho.



3



4

3. X REMPM, Brasília, novembro de 2010. PGR da Espanha, Cândido Conde-Pumpido, e PGR do Brasil durante visita ao Prédio da PGR.

4. X REMPM, Brasília, novembro de 2010. Procurador-geral da República do Brasil, Roberto Gurgel, conduzindo os trabalhos, ao lado Edson de Almeida, coordenador da ASCJI, e Wellington Saraiva, procurador regional da República.

5. XIV REMPM, Brasília, dezembro de 2012. Procuradores-gerais e representantes de ministérios públicos do Mercosul.



5



6. XIV REMPM, Brasília, dezembro de 2012. Mesa de trabalho



7. XVI REMPM, Buenos Aires, outubro de 2013. Procuradores-gerais e representantes de Ministerios Públicos do Mercosul.



8. VII REMPM, Assunção, junho de 2009.

9. Diplomata Brasileiro em Assunção; Procurador-geral do Brasil, Antônio Fernando; e subprocurador-geral da República e membro da ASCJ, Eugênio Aragão. VII REMPM, Assunção, junho de 2009.

## 4. Encontro de procuradores-gerais da CPLP

Os procuradores-gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reúnem-se ordinariamente a cada ano, sendo possível a ocorrência de reuniões extraordinárias por iniciativa de qualquer procurador-geral e com a aprovação unânime dos demais Estados-membros. O encontro tem como objetivo coordenar ações de cooperação jurídica nos respectivos ministérios públicos; promover, incentivar e desenvolver relações entre os seus membros nos domínios jurídicos; estimular a participação dos membros e magistrados dos Ministérios Públicos em atividades de formação e aprimoramento profissional; promover o intercâmbio de experiências e informações, notadamente no domínio da cooperação jurídica, jurisprudencial e bibliográfica; e viabilizar reflexões conjuntas de temas e questões que se mostrem de interesse comum para os diversos sistemas jurídicos.

*“O forte componente histórico e cultural e os princípios da cidadania e da democracia que unem os povos da CPLP minimizam as dificuldades normalmente presentes na construção das relações interregionais”*

Roberto Gurgel - Procurador-geral da  
República Federativa do Brasil.



1

1. Ata do IX Encontro de Procuradores-gerais da CPLP, Brasília, maio de 2011.



**2.** Assinatura da Declaração de Brasília, maio de 2011. Roberto Gurgel, procurador-geral da República do Brasil; e Fernando Monteiro, procurador-geral da República Portuguesa.

**3.** Encontro de procuradores-gerais da CPLP, Brasília, maio de 2011. Roberto Raposo, procurador-geral de São Tomé e Príncipe; Roberto Gurgel, procurador-geral da República do Brasil; e Aires Brito, ministro do Supremo Tribunal Federal.

**4.** Encontro de procuradores-gerais da CPLP, Brasília, maio de 2011. João Maria Moreira, procurador-geral de Angola; Júlio César Tavares, procurador-geral de Cabo Verde; Augusto Paulino, procurador-geral de Moçambique; Fernando José Monteiro, procurador-geral de Portugal; Roberto Gurgel, procurador-geral de Brasil; Roberto Raposo, procurador-geral de São Tomé e Príncipe; Michel Saad, procurador-geral de Guiné-Bissau; e Ana Pessoa, procuradora-geral de Timor-Leste.



5. Encontro de procuradores-gerais da CPLP, Brasília, maio de 2011. Mário Mendão, assessor Jurídico da Secretaria Executiva da CPLP.



8. Procurador-geral do Brasil, Roberto Gurgel e subprocurador-geral da República, Alcides Martins.

9



9. Procuradores-gerais da CPLP em visita a Brasília.

## 5. Visitas oficiais

Como parte do protocolo internacional, as visitas de procuradores-gerais e demais autoridades estrangeiras ao Ministério Público Federal ocorrem a fim de promover intercâmbio de boas práticas entre entidades homólogas ou parceiras; para tratar de casos específicos, para participar em reuniões e foros regionais e inter-regionais ou com intuito protocolar.

Compete à Secretaria de Cooperação Internacional organizar a agenda dessas reuniões e recepcionar, em apoio à Assessoria de Cerimonial do procurador-geral da República, visitas oficiais de autoridades estrangeiras à Procuradoria-Geral da República e às unidades do Ministério Público Federal.



1. Cláudio Fonteles, procurador-geral da República; Antônio Fernando, vice-procurador-geral da República; Rodrigo Janot, secretário-geral do MPF e representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.



2. Cláudio Fonteles, procurador-geral da República e delegação do Ministério Público da Itália.

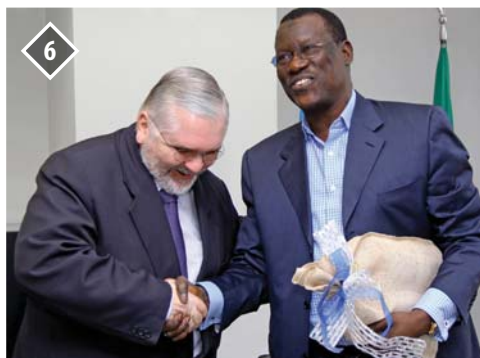
3. Ela Wiecko, sub procuradora-geral e CCJI recebem integrantes da Polícia espanhola.

4. Delegação da Procuradoria-Geral da República de Moçambique, novembro de 2005. Ana Gemo, procuradora da República de Moçambique; Carlos Serra, coordenador do Centro de Formadores e Magistrados de Moçambique; Antônio Fernando, procurador-geral da República do Brasil; Roberto Gurgel, vice-procurador-geral do Brasil.





5. Roberto Gurgel, procurador-geral do Brasil e Valery Zorkin, presidente da Corte constitucional da Rússia, fevereiro de 2009.



6. Bakary Kante, presidente do PNUMA, abril de 2010.

7. Gladys Ramos, procuradora-geral da República do Peru, março de 2011.

8. Etienne Ataire, presidente da Missão Interministerial de Combate às Drogas, outubro de 2011.



9

9. Denise Vinci, subprocuradora-geral e membro da ASCJI; Edson de Almeida, subprocurador-geral e coordenador da ASCJI; Serge Brammertz, procurador-geral do Tribunal Penal Internacional, agosto de 2012.



10

10. Alejandro de la Peña Navarrete, embaixador do México, fevereiro de 2012.



11. Josef Smets, embaixador da Bélgica, janeiro de 2012.



12. Harry von Alphen, adido policial da Embaixada dos Países Baixos, junho de 2012.



13. Zhang Changren, procurador-geral adjunto da Suprema Procuradoria da China, maio de 2012.



14. Beatrix Karl, ministra da Justiça da Áustria, outubro de 2012

15. Encarregada de Negócios da Embaixada de Cingapura, Tan Lian Choo, embaixadora de Cingapura, outubro de 2012.





16. José Miguel Vivanco, Diretor da Human Rights Watch, dezembro de 2013.



17. Céline D'huy, Magistrada francesa, março de 2013.



18. Denis Pietton, Embaixador da França, novembro de 2013.



19. Carlos Zamora Rodríguez, Embaixador de Cuba, outubro de 2013.



20. Frank Sheridan, Embaixador da Irlanda, outubro de 2013.

## 6. Nossos eventos

### a) Workshop sobre tráfico ilegal de madeira e meio ambiente

O MPF, por meio da SCI, em parceria com a Divisão de Meio Ambiente e de Recursos Naturais do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, vem realizando, desde fevereiro de 2014, workshops para capacitação de membros do MPF lotados em estados do norte do país, em temas relacionados à matéria ambiental.



1. Meio Ambiente e o Conceito ilegal de madeira, Belém, fevereiro de 2014. Coordenador da Assessoria de Tutela Coletiva do Gabinete do PGR e membro do GE da SCI, Ubiratan Cazetta; coordenador da 4ª CCR, Mário Gizi; procurador-chefe da PR/PA, Daniel Azeredo; e Environment and Natural Resources Division, U.S.D.OJ, Thomas Swegle.



2. Meio Ambiente e o Conceito ilegal de madeira, Manaus, agosto de 2014. Procurador-chefe da PR/PA, Daniel Azeredo; procuradora-chefe da PR/AM, Tatiana Dornelles; Daniel Azeredo e Environment and Natural Resources Division, U.S.D.OJ, Roccky Piaggione.

3. Apresentação do U.S. Forest Service, Travis Lunders.



## b) Dia Internacional de Combate à Corrupção

O Dia Internacional Combate à Corrupção é um evento alusivo à assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, no dia 9 de dezembro de 2003, na cidade mexicana de Mérida. O Brasil é um dos países signatários. A Convenção é o mais importante documento internacional, juridicamente vinculante, pois prevê a cooperação para recuperar somas de dinheiro desviadas dos países, por meio de rastreamento, bloqueio e devolução de bens e, também, a criminalização do suborno e da lavagem de dinheiro. Uma das prioridades do procurador-geral da República Rodrigo Janot, é o combate à corrupção. Desde a sua posse, foram realizados dois encontros Internacionais, com o objetivo de reafirmar essa posição.



1. Celebração do Dia Internacional de Combate a Corrupção, dezembro de 2014.



2. Celebração do Dia Internacional de Combate à Corrupção, dezembro de 2013: Denise Vinci Túlio, subprocuradora-geral da República e membro da ASCJ; Rodrigo Janot, procurador-geral da República; Jorge Hage, controlador-Geral da União, Rafael Franzini, representante da UNODC para o Cone Sul.

### c) Congresso Franco-Brasileiro de Estudos Jurídicos



1. Congresso Franco-Brasileiro de Estudos Jurídicos, TRF 1ª Região, Brasília, setembro de 2009. Da esquerda para a direita: Embaixador da França no Brasil; Luiz Fux, ministro do STJ, Roberto Gurgel, procurador-geral do Brasil, e Paulo Otávio, vice-governador do DF.

## d) Fortalecendo a Cooperação Internacional e a Perseguição ao Crime Organizado

Durante o evento, ocorrido em dezembro de 2010, em Brasília, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC e o MPF para o aprimoramento do combate ao crime organizado e à corrupção.

“O documento é um marco na relevante parceria entre as instituições, com possibilidade de avanços nos instrumentos de combate ao crime organizado. [...] É de fundamental importância que haja eventos como este workshop para que a cooperação entre as nações seja eficaz no combate ao crime organizado e à corrupção”.

Procurador-geral da República, Roberto Gurgel



1 e 2. Assinatura de Memorando de Entendimento com a UNODC.



3. Participantes do Workshop.



4. Representante regional do UNODC para o Cone Sul, Bo Mathiasen, procurador-geral da República, Roberto Gurgel, Coordenador da SCJI, Edson Almeida, procuradora regional, Carla de Carli, secretário-geral do MPF, Lauro Pinto.

## e) I Encontro da Rede de Procuradores Especializados em Combate ao Tráfico de Pessoas

A Rede Ibero-americana de Ministérios Públicos contra o Tráfico Humano foi criada durante a II Cúpula Ibero-americana de Ministérios Públicos contra o Tráfico de Seres Humanos, em Santiago do Chile, em setembro de 2011, por meio de um protocolo de cooperação interinstitucional assinado pelos procuradores-gerais membros da Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos (AIAMP).

O I Encontro da Rede foi promovido pela Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional da Procuradoria-Geral da República (PGR) e pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), na Procuradoria Regional da República da 5ª Região (PRR5).

Ao longo de dois dias, diversos palestrantes apresentaram um quadro geral sobre o problema do tráfico de pessoas, que é, hoje, segundo dados das Nações Unidas, o segundo crime mais rentável no mundo, perdendo apenas para o tráfico de drogas.



1. Juan Emilio Oviedo, procurador responsável por Assuntos Internacionais do Ministério Público do Paraguai; e Aurélio Rios, procurador federal dos Direitos do Cidadão.



2. Participantes do I Encontro da Rede de Combate ao Tráfico de Pessoas.



3. Daniel Salgado , procurador da República, representante do MPF na Rede

## f) Seminário Franco-Brasileiro sobre Cooperação Jurídica em Matéria de Criminalidade Ligada aos Grandes Tráficos

O evento, que contou com a participação de diversas autoridades brasileiras e francesas, foi realizado nos dias 12 e 13 de novembro de 2013, no Conselho da Justiça Federal, em Brasília. O Seminário colocou em pauta temas como o auxílio mútuo em matéria penal, a extradição para fins de execução de penas ou persecução penal e a extradição na prática.



1. George Cordes, Centro Interministerial de Formação Antidrogas da França; Edson de Almeida, Coordenador da ASCJ; Jorge Costa, Corregedoria-Geral de Justiça; Denis Pietton, Embaixador da França no Brasil; Carla Deveille-Fontinha, Magistrada de Ligação.

2. Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional do Ministério da Justiça, Ricardo Saadi.



## g) Seminário Internacional sobre Direitos das Mulheres

O evento realizado em dezembro de 2012, em parceria com a Embaixada do Chipre no Brasil, à época presidente da Delegação da União Europeia no País, reuniu especialistas de órgãos de governo nacionais e internacionais, além da sociedade civil.



## 7. Adidância Francesa na SCI

A inauguração da Sala René Cassin, em abril de 2015, dentro da SCI, destinada ao serviço do magistrado de ligação francês no Brasil, foi considerada um marco da cooperação internacional. O espaço foi idealizado para aperfeiçoar a cooperação internacional em matéria penal entre Brasil e França. A inauguração marcou, também, a despedida da magistrada Carla Deveille-Fontinha, que facilitou o diálogo jurídico entre os dois países durante quatro anos.

“A presença de colega estrangeiro no prédio do MPF aproxima instituições congêneres, sem prejuízo da interlocução dessa autoridade estrangeira com outros órgãos brasileiros, especialmente o Poder Judiciário, e sem interferência na atividade específica da autoridade central”. Vladimir Aras, Secretário da SCI



1. Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, embaixador da França no Brasil, Denis Pietton e magistrada de ligação, Carla Deveille-Fontinha.



## 8. Nossas publicações

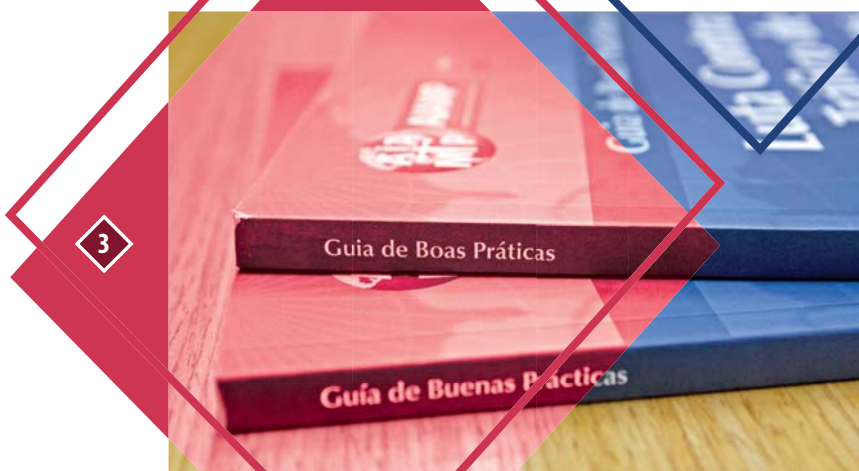


1



2

1. Cartilha CNY, 2014.
2. Manuais de Atuação, Projeto de Cooperação Jurídica de Formadores e Magistrados Brasil Moçambique, 2012.
3. Guia de Boas Práticas: Luta contra o Tráfico de Drogas, AIAMP, 2013.



3

## 9. Reuniões de Cooperação Internacional



1. Geórgia Diogo, assessora-chefe da ASCJI; Marilda Nakane, assessora da ASCJI; Lauro Pinto, secretário-geral do MPF; Edson de Almeida, Coordenador da ASCJI; Renato Barbosa, assessor da ASSPA; Rodrigo Vittorio, especialista da UNODC; Bo Mathiase, representante regional do UNODC para o Cone Sul, abril de 2012.

2. 1ª Reunião do GT de CJI, maio de 2012. Procuradora regional, Luiza Cristina Frischeisen; procurador da República, Ubiratan Cazetta, procurador da República Luiz Fernando Lessa; procurador da República, Vladimir Aras; coordenador da ASCJI, Edson de Almeida; procuradora da República, Patrícia Weber; assessora-chefe da ASCJI, Geórgia Diogo; e assessora da ASCJI, Marilda Nakane.





3. Assessora-chefe da ASCJI, Geórgia Diogo; coordenador da ASCJI, Edson de Almeida; Assessora da ASCJI, Marilda Nakane e conselheira da Embaixada da Bélgica no Brasil, Else Barbara Keyers, maio de 2012.



4. 2ª Reunião do GT de CJI, junho de 2012. Procurador da República, Luiz Fernando Lessa; procuradora da República, Marcela Harumi; procuradora da República, Patrícia Weber; coordenador da ASCJI, Edson de Almeida; procuradora Regional, Luiza Cristina Frischeisen; procurador da República, Vladimir Aras; assessora-chefe da ASCJI, Geórgia Diogo; e assessora da ASCJI, Marilda Nakane.



5. Japão, junho de 2012. Oficial de ligação da Polícia da Embaixada do Japão, Kan Shimizu; segunda secretária da Embaixada do Japão, Michiko Noda, assessor jurídico da Embaixada do Japão, Akira Suzuki; Assessora da ASCJI, Marilda Nakane; coordenador da ASCJI, Edson de Almeida.





6. Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), setembro de 2013. Assessora-chefe da ASCJI, Geórgia Diogo; coordenador da ASCJI, Edson de Almeida; adida da Embaixada dos Países Baixos no Brasil, Manuella Alves; representante da Polícia Federal Belga para assuntos internacionais, Peter de Buysscher e adido Policial da Embaixada da Bélgica, Kurt Boudry.

## 10. Cursos sobre Cooperação Internacional

Desde o início da gestão do procurador-geral, Rodrigo Janot, a SCI, em parceria com o Programa Desenvolver da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), vem realizando cursos de capacitação em temas que envolvem a Cooperação Internacional, voltados a membros e servidores de unidades do MPF que atuam nessa área. Em 2014, foram realizados cursos de Cooperação Internacional em Procuradorias da República em Macapá, Foz do Iguaçu e São Paulo. Para estes, autoridades estrangeiras de fronteira têm sido convidadas pela SCI para apresentar seu sistema jurídico e suas especificidades na Cooperação, e, também, para estabelecer contatos de trabalho em locais de grande proximidade.

O objetivo geral desses cursos é disseminar as especificidades da Cooperação Internacional para membros e servidores do MPF e parceiros que atuam nas áreas de fronteiras, promovendo o debate sobre o tema, colaborando para o estabelecimento de práticas que confirmam autenticidade e celeridade ao processo executório dos pedidos ativos e passivos da Cooperação Jurídica.



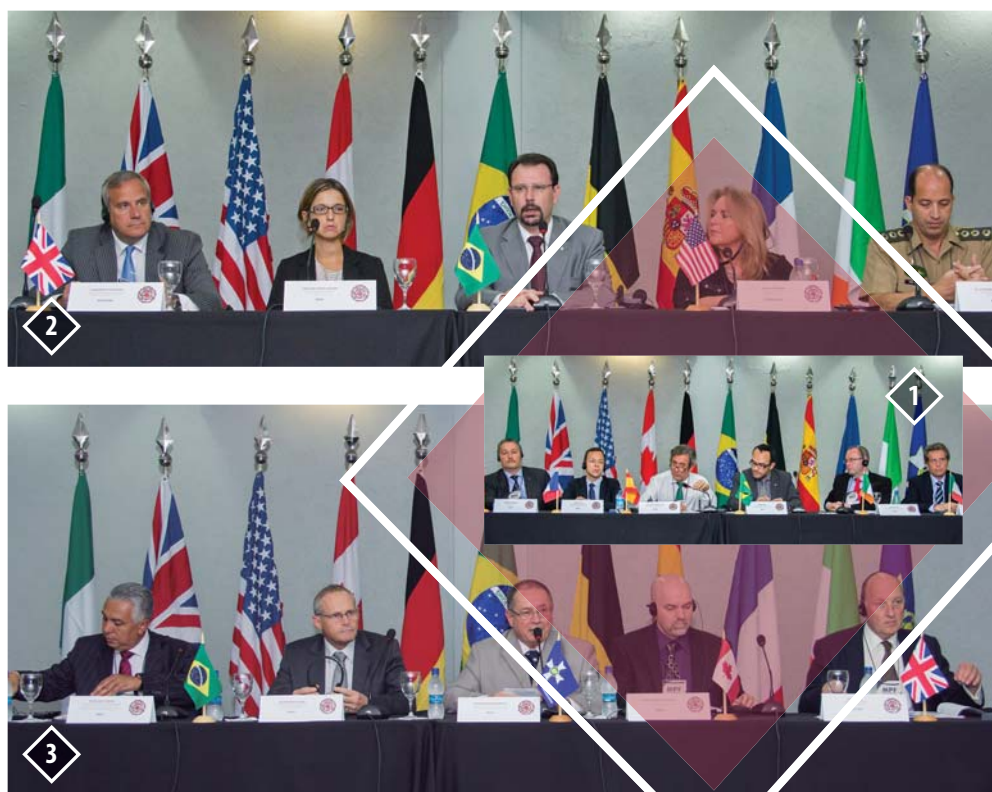


# 11. Conquistas recentes

## a) Seminário Internacional sobre Terrorismo e Outras Situações de Emergência

O Seminário Internacional sobre Terrorismo e Outras Situações de Emergência, realizado em abril de 2014, promoveu o debate entre o MPF e mais de 30 especialistas nacionais e internacionais sobre formas de controle dos fenômenos modernos de criminalidade, como terrorismo, violência em demonstrações públicas e atuação de facções criminosas, visando aos grandes eventos que têm ocorrido e que estão previstos para ocorrer no Brasil.

“Este Seminário quebra um tabu. O tema terrorismo ainda é tabu no Brasil e isso se deve ao fato de o país não ter experiências recentes com terrorismo e evita discutir o assunto para não atrai-lo.” Carlos Eduardo Vasconcelos, subprocurador-geral da República e coordenador acadêmico do Seminário.



1. Dominique Dudemaine, procurador do Canadá; Ludovic Lestel, procurador da França; Javier Zaragoza, procurador da Espanha; Vladimir Aras, secretário de Cooperação Internacional do MPF; Liam Mulholland, procurador da Irlanda; Pierandrea Torelli, Polícia da Itália.
2. Stephen Head, chefe de Polícia do Reino Unido; Cristiane Machado, delegada de Polícia Federal; Douglas Fischer, coordenador da assessoria criminal do PGR; Sandra Stibbards, presidente da *Camelot Investigation* dos EUA; Alan Denilson, Coronel do Exército Brasileiro.
3. Moises Alves, Federação Brasileira de Bancos; José Beltrame, secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro; Carlos Vasconcelos, subprocurador-geral da República; Caedmon Nash, Polícia do Canadá; e Nick Hawkins, procurador do Reino Unido.

## b) Mesa Redonda Brasil-Suíça sobre Cooperação em Matéria Penal

O evento ocorreu, em março de 2015, por ocasião da visita oficial do procurador-geral suíço, Michael Lauber. Na oportunidade, foram apresentados valores da repatriação de ativos pela Confederação Helvética ao Brasil, em decorrência da Operação Lava Jato.



1. Procurador-geral suíço, Michael Lauber, Procurador-geral do Brasil, Rodrigo Janot; e secretário da SCI, Vladimir Aras durante coletiva de imprensa sobre repatriação de ativos ao Brasil.
2. Mesa Redonda Brasil-Suíça sobre Cooperação em Matéria Penal – combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e recuperação de ativos.

### c) Índios Yanomami

A SCI intermediou acordo para repatriação de amostras de sangue de índios yanomami colhidas sem autorização, no fim da década de 1960, por cientistas norte-americanos, sem que fosse necessário acionar a Justiça. O material voltou aos Yanomami depois de quase 15 anos de tratativas e acordos entre o Ministério Público Federal e a The Pennsylvania State University.

“É o primeiro acordo do tipo na história realizado pelo Ministério Público Federal. Para a SCI, foi uma recuperação de ativos bem diferente. Não trouxemos dinheiro de volta. Trouxemos para a comunidade indígena Yanomami algo que tem valor imaterial significativo e simbologia relevante.”  
Secretário de Cooperação Internacional do MPF, Vladimir Aras.

Uma cerimônia funerária foi realizada em lugar sagrado da aldeia de Piaú, em Roraima, para devolver à terra o sangue dos indígenas. Na cultura da etnia, as amostras constituem restos mortais que precisam seguir cerimônias funerárias apropriadas. Para o povo, a realização desses rituais é imprescindível tanto para a paz de espírito dos parentes dos mortos, quanto para o respeito de sua cultura.





## d) Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal

Concretizando a visão de reconhecimento internacional pela excelência na promoção da justiça e no combate ao crime e à corrupção, o Ministério Público Federal (MPF) participou, pela primeira vez e com posição de destaque, do Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal. Realizado em Doha, no Catar, o evento contou com a participação de quase todos os 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

O subprocurador-geral José Bonifácio Borges de Andrada, em discurso no Segmento de Altas Autoridades, momento de maior relevância no congresso, destacou o combate à corrupção como missão dos Ministérios Públicos do Mercosul, além de abordar a importância da assistência jurídica internacional entre os países do Bloco.

O congresso acontece de cinco em cinco anos e define as políticas de prevenção ao crime e justiça criminal das Nações Unidas para os próximos cinco anos, além de debater padrões e elementos a serem incorporados nos Estados Membros. Os temas em destaque deste ano foram Cooperação Jurídica Internacional, Prevenção ao Crime, Corrupção, Crime Ambiental e Tráfico de Pessoas.



O MPF participou de quatro painéis durante o evento. O procurador regional da República Sílvio Amorim apresentou o Sistema de Movimentações Bancárias (Simba) em painel intitulado “Investigação de Crimes Financeiros: boas práticas e tecnologias inovativas”.

O segundo painel apresentado pelo Ministério Público Federal foi coordenado pela Associação Internacional de Direito Penal (AIDP), com o tema Cooperação Jurídica Internacional. A exposição foi realizada pelo secretário de Cooperação Internacional da PGR, procurador regional da República Vladimir Aras.

O chefe da Assessoria Criminal do Gabinete do procurador-geral da República, procurador regional da República Douglas Fischer, participou do evento paralelo intitulado “Promovendo justiça nas fronteiras: a transferência da execução da sentença como alternativa à extradição” e a assessora-chefe da SCI, Geórgia Diogo, também palestrou em evento paralelo promovido pela Rede Ibero-Americana de Cooperação Jurídica para explicar sobre a estrutura da rede e as funções específicas de seus pontos de contato.

